



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Requerimento nº 851/2025

Solicito informações sobre os pedidos de jornada reduzida solicitados pelas servidoras mães atípicas do município.

A vereadora Fabi Virgílio, que esta subscreve, vem, respeitosamente, requerer informações afetas aos pedidos de jornada reduzida solicitados pelas servidoras mães atípicas do município.

Considerando o art. 7º, §§ 1º e 2º da Lei Municipal nº 9.800/2019 e os arts. 15, parágrafo único, e 16 do Decreto Municipal nº 11.415/2017, que versam sobre a concessão de horário especial ao servidor com deficiência ou que possua cônjuge, filho ou dependente com deficiência;

Considerando que no meu gabinete já acompanhei a luta de duas mães atípicas, servidoras, pelo direito de reduzir a jornada e que, infelizmente, tiveram os seus direitos negados, resultando assim em orientação para que se socorram do poder judiciário para obter o direito;

Considerando que o decreto e a lei vêm justamente para amparar essas mães atípicas, que cuidam de pessoas com deficiência, e faço referência apenas às mães porque, regra geral, quem cuida de pessoas com deficiência são as mulheres, sozinhas;

Considerando que segundo informações do Instituto Baresi, a realidade brasileira aponta que 78% dos pais de crianças com deficiência e doenças raras abandonavam as mães antes que os filhos completassem 5 anos e que a vida em exaustão e sobrecarga não é realidade de poucas, mas de praticamente todas as mães atípicas;

Diante do exposto, solicito, satisfeitas as formalidades regimentais, os pedidos que seguem e demais informações que entendam ser pertinentes, assim como o cumprimento do prazo legal previsto na lei nº 9862/2020 para resposta:

- 1- Qual a quantidade de servidoras mães atípicas que solicitaram a jornada reduzida nos últimos doze meses?
- 2- Quantas servidoras tiveram o seu direito resguardado?



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

- 3- Quantas servidoras tiveram o pedido negado?
- 4- As negativas resultaram em quantas ações judiciais?
- 5- Quantas negativas foram reformadas pelo Poder Judiciário?
- 6- Quais foram os fundamentos apresentados para as negativas do SESMT?
- 7- Nas reformas feitas pelo Poder Judiciário e que tiveram que ser acatadas pela Prefeitura, qual foi o valor resultante, envolvendo sucumbências, honorários e possíveis danos morais? Solicito todos os valores.

Na expectativa de uma breve manifestação a respeito, aproveito o ensejo para reiterar meus votos de elevada estima e apreço.

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 19 de maio de 2025.

FABI VIRGÍLIO